

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA

"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

Proposição: Projeto de Lei nº 322/2023

Autoria: Deputado Estadual Neto Loureiro

Ementa: "Dispõe sobre a obrigatoriedade de os fornecedores de serviços

prestados de forma contínua estenderem o benefício de novas

promoções aos clientes preexistentes"

RELATÓRIO

Recebemos para relatar o Projeto de Lei n.º 322/2023, de autoria do nobre Deputado Estadual Neto Loureiro, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade de os fornecedores de serviços prestados de forma contínua estenderem o benefício de novas promoções aos clientes preexistentes".

A matéria, ao dar entrada nesta Casa, foi lida na Sessão Plenária e em sequência distribuída em avulso para conhecimento dos nobres Deputados.

Formalizados os autos do Processo Legislativo, este (a) Parlamentar foi designado (a) para relatar a presente Propositura.

Por fim, o presente Projeto foi encaminhado à Assessoria Jurídica de Apoio às Comissões para providências.

É o relatório.

PARECER DA RELATORA

Trata-se de análise do Projeto de Lei n.º 322/2023, de autoria do nobre Deputado Estadual Neto Loureiro, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade de os fornecedores de serviços prestados de forma contínua estenderem o benefício de novas promoções aos clientes preexistentes".



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA

"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DELTINO DE DELDA

No que se refere ao aspecto formal, verifica-se que o presente projeto encontra

amparo tanto na Constituição do Estado de Roraima quanto na Constituição Federal:

Art. 41, CE/RR. A iniciativa das Leis Complementares e Ordinárias cabe a

qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do

Estado, ao Presidente do Tribunal 40 de Justiça, ao Presidente do Tribunal de

Contas, ao Reitor da Universidade Estadual, ao Procurador-Geral de Contas,

ao Procurador-Geral de Justiça, ao Defensor Publico Geral e aos cidadãos, na

forma e nos casos previstos no art. 61 da Constituição da República e nesta

Constituição.(Artigo com redação dada pela Emenda Constitucional nº

62/2019).

Art. 24, CF/88: Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar

concorrentemente sobre:

VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e

direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

Neste diapasão, analisando competência e iniciativa, cabe aos Deputados e

Deputadas como representantes eleitos pelo povo a função de legislar sobre matérias

relacionadas ao âmbito do Estado, identificando os problemas sociais e propor sobre matérias

de interesse da população local.

Atinente ao aspecto material, a proposição encontra guarida na Constituição

Federal de 1988, tendo em vista que o projeto versa sobre tratamento igualitário a

consumidores.

Art. 5°, CF/88: Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer

natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a

inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à

propriedade, nos termos seguintes:

[...]. XXXII - o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA

"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE TUTADO DE COMPA

Art. 170, CF/88: A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna,

conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

[....] V - defesa do consumidor;

Dessa forma, verificamos que o presente Projeto não incorre em nenhuma

inconstitucionalidade, cumprindo rigorosamente as regras de constitucionalidade formal e

material.

Assim, pelos motivos expostos, pela magnitude da matéria e por não apresentar

nenhuma forma de vício que possa obstar ou macular a sua aprovação, visto que está em

plena consonância com todas as normas do nosso ordenamento jurídico, manifesto-me

favorável ao Projeto de Lei nº. 322/2023.

É o Parecer.

VOTO

Diante o exposto, opinamos pela aprovação do Parecer ao Projeto de Lei nº

322/2023, e conclamamos aos nobres Pares a adoção do Parecer desta Relatoria.

Sala das Sessões, 29 de maio de 2024.

Deputada Aurelina Medeiros

Relatora